

## Transição religiosa e pluralidade no Brasil

### Religious transition and plurality in Brazil

José Eustáquio Diniz Alves\*  
Suzana Cavenaghi\*\*

#### Resumo

O artigo analisa a transição religiosa no Brasil a partir de uma perspectiva histórica e demográfica, com destaque para os resultados preliminares do Censo Demográfico de 2022. Desde o monopólio católico registrado em 1872 até a crescente diversidade observada no século XXI, o país passou por um processo contínuo de pluralização religiosa. Entre 1991 e 2010, a queda dos católicos e o crescimento dos evangélicos e do grupo sem religião se intensificaram, tendência que continua em 2022, embora em ritmo mais lento no plano nacional. A análise mostra forte heterogeneidade regional: enquanto no Norte alguns estados já registram maioria evangélica, no Nordeste o catolicismo ainda mantém predominância. Em nível municipal e metropolitano, os contrastes são ainda mais marcantes, com cidades onde os evangélicos já superaram os católicos. O estudo utiliza indicadores como a razão entre evangélicos e católicos (REC) e o índice de entropia de Shannon para medir pluralidade e transformação religiosa. Conclui-se que a transição segue em curso, mas sem limites fixos para católicos ou evangélicos, e que os cenários futuros dependerão de fatores demográficos, sociais e culturais, podendo levar a uma pluralidade ainda maior até 2050.

**Palavras-chave:** Transição religiosa. Pluralidade religiosa. Católicos. Evangélicos. Sem religião. Censo Demográfico 2022.

#### Abstract

This paper examines religious transition in Brazil from a historical and demographic perspective, focusing on preliminary results of the 2022 Population Census. From the Catholic monopoly recorded in 1872 to the growing diversity in the 21st century, the country has undergone a continuous process of religious pluralization. Between 1991 and 2010, the decline of Catholic affiliation and the growth of Evangelicals and the religiously unaffiliated accelerated, a trend that continues in 2022, albeit at a slower pace nationwide. The analysis highlights significant regional heterogeneity: while in the North some states already show an Evangelical majority, in the Northeast Catholicism still prevails. At the municipal and metropolitan levels, contrasts are even sharper, with cities where Evangelicals now outnumber Catholics. The analysis employs indicators such as the Evangelical-to-Catholic ratio (REC) and the Shannon entropy index to measure plurality and religious change. Findings indicate that the transition remains ongoing, without fixed floors for Catholics or ceilings for Evangelicals, and that future scenarios will depend on demographic, social, and cultural dynamics, potentially leading to greater religious plurality by 2050.

**Keywords:** Religious transition. Religious plurality. Catholics. Evangelicals. Religiously unaffiliated. 2022 Population Census.

---

Artigo submetido em 01 de julho de 2025 e aprovado em 18 de março de 2026.

\* Doutor em Demografia pelo CEDEPLAR-UFMG e mestre em Economia pela mesma Universidade. País de Origem: Brasil. ORCID: 0000-0001-6095-9668. E-mail: jed\_alves@yahoo.com.br

\*\* Doutora e mestre em Sociologia/Demografia pela Universidade do Texas – Austin.; País de Origem: Brasil. ORCID: 0000-0003-0627-3045. E-mail: suzana\_cavenaghi@uol.com.br.

## Introdução

O primeiro censo demográfico do Brasil, realizado em 1872, indicou a religião católica com um monopólio quase completo entre seus habitantes. Nos 110 anos seguintes os católicos diminuíram cerca de 0,1% ao ano e os outros três grupos cresceram na mesma proporção. Mas, entre 1991 e 2010, as mudanças no cenário religioso brasileiro se acentuaram, com uma aceleração das mudanças no campo religioso, com os católicos declinando cerca de 1% ao ano e os evangélicos com crescimento de cerca de 0,7% ao ano. O grupo sem religião e as demais religiões subiram em conjunto 0,3% ao ano.

Essas mudanças podem levar a um maior equilíbrio entre grupos religiosos ou até mesmo a uma troca de hegemonia do grupo mais prevalente e, com certeza, podem levar a um aumento na pluralidade religiosa do país, acelerando uma transição religiosa significativa na sociedade brasileira. Neste contexto, a transição religiosa é definida aqui com uma mudança que ocorre no longo prazo, com o fim do monopólio de uma única religião e o crescimento de outras religiões, levando à maior diversidade e pluralidade religiosa. Para o caso do Brasil, esta transição pode ser mensurada utilizando quatro tendências entre os grupos religiosos: redução dos católicos, aumento dos evangélicos, crescimento das pessoas que se declaram sem religião e aumento do percentual das pessoas pertencentes às demais religiosidades em conjunto.

O objetivo deste artigo é avaliar as tendências da transição religiosa no Brasil, com foco nos dados preliminares do censo demográfico 2022 divulgados em junho de 2025<sup>1</sup>. Os resultados mostram que a transição religiosa continua, porém em ritmo mais lento no plano nacional (IBGE, 2025). Os resultados para diversas escalas geográficas, como grandes regiões, estados e municípios apontam para um quadro mais complexo, pois a transição religiosa continua ocorrendo de forma acelerada em alguns locais, enquanto desacelerou acima da

---

<sup>1</sup> Os microdados do Censo Demográfico, ou seja, os dados no menor nível de desagregação permitido pela pesquisa (em nível individual), não foram divulgados até a publicação deste artigo, o que limita algumas análises mais detalhadas. Adicionalmente, segundo o IBGE (2025), neste momento os dados foram divulgados de forma preliminar com alguns grupos de religião (Católica Apostólica Romana; Evangélicas; Espírita; Umbanda e Candomblé; Tradições indígenas; Outras religiosidades; Sem religião; Não sabe; e Sem declaração) e que os dados definitivos serão divulgados posteriormente.

média em outros.

Este artigo apresenta, após a Introdução, uma seção dedicada à metodologia empregada. Em seguida, discute-se um panorama histórico e a evolução da transição religiosa no Brasil. Na sequência, analisa-se essa transição em diferentes escalas geográficas — nas grandes regiões, nas unidades da Federação e nas capitais brasileiras. Dá-se especial atenção ao município do Rio de Janeiro e à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, uma vez que o território fluminense abriga a terceira maior população do país e tem desempenhado papel de vanguarda nas transformações do campo religioso brasileiro. Posteriormente, examina-se a evolução dos municípios nos quais os evangélicos já ultrapassaram os católicos. Com base nesse quadro, apresenta-se uma projeção da transição religiosa brasileira até 2050, considerando a distribuição percentual de quatro grandes grupos religiosos — católicos, evangélicos, pessoas sem religião e outras religiosidades — a partir da extrapolação das tendências observadas no último período intercensitário. Por fim, são apresentadas as considerações finais e a bibliografia.

## **2. Metodologia**

Este estudo baseia-se nos dados dos Censos Demográficos do IBGE, com ênfase na comparação entre 2010 e 2022, complementada, quando necessário, por séries históricas anteriores. A análise foi realizada a partir da distribuição percentual da população em quatro grandes grupos religiosos — católicos, evangélicos, sem religião e outras religiosidades — em diferentes escalas geográficas, incluindo Brasil, grandes regiões, unidades da federação, capitais, regiões metropolitanas e municípios.

No Censo Demográfico de 2022, a pergunta sobre religião não foi aplicada à população de 0 a 9 anos de idade. Essa mudança dificulta sobremaneira a comparabilidade com as séries históricas, sobretudo nos censos mais antigos. Embora seja possível, em princípio, recalcular para os levantamentos anteriores a distribuição religiosa considerando apenas a população de 10 anos ou mais, esse procedimento é trabalhoso e nem sempre viável com dados de fácil acesso. Por essa razão, tal ajuste foi realizado apenas quando estritamente necessário, como

no caso das projeções das filiações religiosas. O tipo de dado utilizado em cada análise, se referente à população total ou à população de 10 anos ou mais, está sempre indicado nas fontes das tabelas e dos gráficos. Adicionalmente, deve-se registrar que os resultados de 2022 ainda são preliminares e estão sujeitos às limitações associadas à cobertura censitária e à classificação das respostas à pergunta aberta sobre religião. Outras mudanças na coleta dos dados são detalhadas na seção 4.

Para sintetizar a dinâmica da transição religiosa, utilizaram-se dois indicadores. O primeiro é a razão entre evangélicos e católicos (REC), que permite comparar diretamente os dois maiores grupos religiosos. Sua expressão é dada por

$$REC = \left(\frac{E}{C}\right) \times 100$$

em que  $E$  representa o número de evangélicos e  $C$  o número de católicos. Assim, o indicador expressa a proporção de evangélicos para cada 100 católicos. Valores mais elevados de REC indicam maior avanço relativo das filiações evangélicas em relação às católicas, e valores superiores a 100 indicam que os evangélicos já ultrapassaram os católicos na unidade analisada.

O segundo indicador é o índice de entropia de Shannon, utilizado para mensurar a pluralidade religiosa a partir da distribuição dos quatro grupos. O índice foi calculado por

$$H = - \sum_{i=1}^k p_i \ln(p_i)$$

em que  $p_i$  corresponde à proporção do grupo religioso  $i$ , e  $k = 4$ . Quanto mais equilibrada a distribuição entre os grupos, maior o valor de  $H$ , indicando maior pluralidade; quanto mais concentrada em um ou poucos grupos, menor o índice.

Em complemento, estimou-se a associação linear entre a REC em 2022 e a variação da REC entre 2010 e 2022 por meio de correlação de Pearson e ajuste de reta de tendência linear.

Finalmente, a projeção até 2050 das porcentagens de afiliação religiosa

nos quatro grupos foi construída como um exercício analítico de extrapolação, com base na variação linear observada no período intercensitário mais recente, entre 2010 e 2022. Não se trata, portanto, de uma previsão demográfica em sentido estrito, mas de um cenário contrafactual simples, cujo objetivo é explicitar as possíveis implicações da continuidade das tendências mais recentes. A opção por utilizar o último período intercensitário como referência decorre do interesse em avaliar a direção assumida mais recentemente pela transição religiosa no país, sobretudo porque os ritmos de mudança observados em décadas anteriores se mostraram mais intensas entre 1991 e 2010.

Assim, a questão analítica que orienta esse exercício não é antecipar com precisão a configuração religiosa futura, mas indagar o que ocorreria com a distribuição das afiliações religiosas caso a tendência observada no período 2010–2022 se mantivesse até 2050. Como em toda projeção, outras hipóteses poderiam ser adotadas, produzindo cenários distintos. Para assegurar a comparabilidade entre os dados utilizados nessa extrapolação, considerou-se apenas a população de 10 anos ou mais, uma vez que o Censo de 2022 não investigou religião entre crianças de 0 a 9 anos.

### **3. Panorama histórico e abordagens sobre a transição religiosa brasileira**

O censo demográfico de 1872 indicou que 99,7% da população de 9,9 milhões de habitantes se declarava católica. Além da população livre, entre esses estava a maioria dos escravizados e os povos indígenas, todos classificados como católicos. Apenas 0,1% (cerca de 10 mil pessoas) foram registrados como evangélicos, em sua maioria imigrantes europeus oriundos de países de tradição protestante. O Censo seguinte, de 1890, no primeiro ano da República, mostrou que pouca coisa mudou nos números sobre a declaração de religiões.

Várias décadas depois, em 1970, a população total brasileira deu um salto para 93,1 milhões de habitantes com poucas mudanças na distribuição de religião declarada, que se deu de maneira lenta, com as filiações católicas diminuindo cerca de 1% por década. Em 1970 eram 85,5 milhões de católicos (91,8%), 4,8 milhões de evangélicos (5,2%), 2,1 milhões de outras religiões (2,3%) e 702 mil

autodeclarados sem religião (0,8%). Portanto, até o sesquicentenário da Independência do Brasil (1972) as mudanças foram pequenas, mas já se percebia uma redução relativa nas declarações das filiações católicas e o aumento dos outros três grupos, ainda que em termos populacionais todos aumentaram.

Paralelamente, o declínio da força do catolicismo brasileiro já vinha sendo objeto de estudo, pelo menos, desde a década de 1970 (Camargo, 1971). O estudo de Camargo destacava a complexidade da relação entre religião e desenvolvimento, mostrando a Igreja como uma instituição em transição, dividida entre tradição e engajamento social, além de apontar contradições entre seu discurso em favor dos pobres e sua estrutura hierárquica e conservadora.

Entre 1970 e 1991 os censos apontaram não somente a continuidade da tendência secular, mas um aumento do ritmo de mudança. A população brasileira chegou a 120 milhões de habitantes em 1980, sendo 89% de católicos, 6,6% de evangélicos, 1,6% sem religião e 2,8% de outras religiões. O censo demográfico de 1991 registrou uma população total de 146,8 milhões de habitantes, sendo 83% católicos, 9% de evangélicos, 4,7% sem religião e 3,3% de outras religiões.

Estes novos números estimularam o debate sobre o campo religioso do país. Sanchis (1997), analisando as transformações e dinâmicas do cenário religioso no Brasil em um contexto de globalização, discute a pluralização e a competição no campo religioso, destacando o declínio relativo do catolicismo e o crescimento das religiões evangélicas e de outras expressões espirituais. O autor observa que o Brasil estava passando por um processo de diversificação religiosa, com o crescimento de igrejas evangélicas (especialmente pentecostais), religiões afro-brasileiras, espiritismo e novos movimentos espiritualistas. O catolicismo perdia espaço não apenas relativamente, mas também em termos de influência social e política.

Nessa mesma época, Pierucci e Prandi (1996) mostram que o Brasil não era simplesmente mais um país católico, mas sim um laboratório de pluralismo religioso, onde diferentes tradições competem e se hibridizam. Eles mostram que a religião é um campo em constante disputa. O catolicismo começa a perder sua hegemonia numérica e cultural, especialmente nas áreas urbanas, devido à

secularização e ao crescimento de alternativas religiosas. Neste sentido, as mudanças religiosas estavam ligadas a transformações sociais mais amplas: a urbanização, a crise das instituições tradicionais e a globalização.

Em seu artigo, Decol (1999), com base em dados censitários, analisa as transformações no cenário religioso brasileiro a partir de dados demográficos. Seu estudo destaca o declínio do catolicismo e o crescimento de outras denominações, em particular as evangélicas, dentro de um contexto de modernização e urbanização. O autor demonstra que a mudança religiosa no Brasil não é aleatória, mas segue padrões demográficos e socioeconômicos claros, em um futuro de maior pluralismo.

Por outro lado, Almeida e Montero (2001), mapeando as migrações entre afiliações religiosas com base nos dados da pesquisa *Comportamento Sexual da População Brasileira e Percepções do HIV/Aids*, constatam que os católicos funcionam como uma espécie de “doador universal”, de onde todos os segmentos arregimentam boa parte dos seus fiéis. Eles destacam a mobilidade dos indivíduos entre diferentes tradições religiosas e os fatores socioculturais que influenciam essas mudanças. Os autores discutem como a pluralização do campo religioso brasileiro desafia a noção de pertencimento fixo, mostrando que a conversão e a circulação entre religiões são processos dinâmicos e multifatoriais.

Os resultados dos censos demográficos de 2000 e 2010 mostraram uma aceleração das tendências da transição religiosa brasileira. A população brasileira chegou a 170 milhões de habitantes em 2000, sendo 125,5 milhões de católicos (73,9%), 26,5 milhões de evangélicos (15,4%), 12,5 milhões sem religião (7,4%) e 5,4 milhões de outras religiões (3,4%). Em 2010, a população total chegou a 191 milhões de habitantes e o número absoluto de católicos caiu pela primeira vez para 123,3 milhões de pessoas (representando 64,6% do total). Os evangélicos subiram para 42,3 milhões (22,2%), os sem religião subiram para 15,3 milhões (8%) e as outras religiões para 9,9 milhões (5,2%). Esses números mostraram, portanto, que a aceleração da transição religiosa brasileira, com uma queda substancial dos católicos e um aumento significativo dos evangélicos e dos demais grupos, favoreceu uma vez mais o debate sobre as mudanças no cenário religioso do país.

Como o estado do Rio de Janeiro era, até 2010, a Unidade da Federação mais avançada na transição religiosa, Alves, Cavenaghi e Barros (2014) analisaram seu caso para compreender possíveis trajetórias dessa transição no Brasil. O estudo mostra que o território fluminense apresentava a maior pluralidade religiosa do país, confirmando uma profunda transformação no campo religioso, marcada pela acentuada queda do catolicismo e pelo avanço de outras filiações, especialmente dos evangélicos pentecostais e dos sem religião. O crescimento evangélico é interpretado como um processo de difusão cultural, social e espacial – semelhante aos processos de adoção de inovações descritos na teoria da difusão. Essa transição ganhou ritmo a partir da década de 1980, apresentando padrões diferenciados segundo região, classe social, idade e escolaridade. Nesse contexto, o Rio de Janeiro pode ser considerado um “laboratório privilegiado” para observar a dinâmica da transição religiosa brasileira, por ser um dos estados onde o declínio católico e o avanço dos outros três grupos ocorreram de forma mais rápida e intensa.

A transição religiosa no Brasil também foi objeto central de análise de Almeida e Barbosa (2015), que analisaram o declínio do catolicismo, o crescimento das igrejas evangélicas, sobretudo as pentecostais, e o avanço da categoria “sem religião” e outras religiões. Os autores chamam a atenção para o fato que a transição religiosa é marcada por diferenciais geracionais, uma vez que os mais jovens tendem a ser menos católicos e mais evangélicos ou sem religião. Também há associações com classe social, escolaridade, gênero e localização urbana, apontando para uma estratificação interna do campo religioso. Os autores pensam o campo religioso como um espaço de disputa simbólica e de produção de autoridade.

Na mesma linha, mas focando na dinâmica da mudança de hegemonia entre os dois grandes grupos cristãos, utilizando o indicador razão entre evangélicos e católicos (REC), Alves, Cavenaghi, Barros e Carvalho (2017) analisaram o aumento da pluralidade religiosa no Brasil, com a diminuição das filiações católicas e o aumento das filiações dos outros três grandes grupos. Os resultados obtidos evidenciam a evolução espacial da transição religiosa no país, mostrando que o ritmo de diminuição do percentual de católicos aumentou entre

1991 e 2010 e o ritmo de aumento dos outros três grupos acelerou neste período.

Contudo, os dados do censo demográfico 2022 mostraram que o ritmo de queda das filiações católicas se reduziu e, conseqüentemente, o ritmo de avanço dos outros três grupos também desacelerou. Uma das interpretações para o avanço mais lento das filiações evangélicas é o fenômeno dos “desigrejados”, ou seja, pessoas que decidiram se desvincular da igreja institucionalizada (Bastos, 2019). Este fato ajudaria a lançar luz sobre o novo ritmo do crescimento evangélico no país, com diluição do dinamismo expansivo que marcou décadas anteriores, marcado por grandes movimentos de conversão, impulsionados por igrejas robustas e hierarquizadas (Toniol, 2025).

Embora o fenômeno dos desigrejados possua bases empíricas observáveis, ele se contrapõe a outra tendência igualmente significativa: a expansão do número de templos e instituições religiosas no país. O Censo Demográfico de 2022 indicou que o Brasil possui mais templos religiosos do que hospitais e escolas somados. São cerca de 580 mil estabelecimentos religiosos (de diferentes denominações), enquanto o número de instituições de ensino é de aproximadamente 264 mil e o de unidades de saúde chega a 248 mil.

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), usando dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), do Ministério do Trabalho e Emprego, levantou as informações de pessoas jurídicas inscritas na categoria “atividades de organizações religiosas”. Em 2021, as 87,5 mil igrejas evangélicas com CNPJ representavam sete em cada dez estabelecimentos religiosos formalizados no país, enquanto católicas representavam apenas 11% do total. O restante se dividia entre outras religiões e espaços sem classificação precisa, em grande parte composto por associações comunitárias, beneficentes ou educacionais (De Negri, 2023)

Estudo realizado pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cepid) e da Universidade de São Paulo (USP) mostrou uma multiplicação de templos evangélicos entre 1920 e 2019. De 17.033 templos evangélicos, em 1990, o Brasil passou a contar com 109.560, em 2019. Um aumento de 543%. Apenas em 2019, último ano do levantamento do estudo, 6.356 templos evangélicos foram abertos

no Brasil — uma média de 17 por dia (Araújo, 2023).

De fato, a presença material das igrejas constitui, em certa medida, uma condição institucional para a interação social e a formação de vínculos comunitários entre os fiéis. A capilaridade territorial dos templos amplia as oportunidades de sociabilidade religiosa e de mobilização de redes de apoio.

Como argumenta Spyer (2020), muitas igrejas evangélicas desempenham funções que se aproximam de um “estado de bem-estar social informal”, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Nessas comunidades religiosas, os indivíduos encontram apoio emocional e espiritual, redes de solidariedade, ajuda na busca por emprego, incentivo à educação e suporte para superar problemas como alcoolismo ou dependência de drogas.

Em perspectiva convergente, Balloussier (2024), destaca que o Brasil, historicamente marcado pela hegemonia do catolicismo ao longo do século XX, vem passando por um rápido processo de pluralização religiosa. Nesse novo contexto, o campo religioso torna-se mais competitivo e diversificado, com a expansão do protestantismo — sobretudo em sua vertente evangélica — ocupando um espaço social, cultural e político cada vez mais relevante, diverso e plural.

De fato, a transição religiosa no Brasil tem sido caracterizada pelo avanço da diversidade e da pluralidade de crenças e práticas, em um contexto de pluralismo institucionalizado (Alves; Cavenaghi, 2025). Esses três conceitos — diversidade, pluralidade e pluralismo — são fundamentais para a análise e a compreensão da dinâmica contemporânea do campo religioso brasileiro.

A diversidade religiosa refere-se à existência de múltiplas religiões, crenças e formas de espiritualidade dentro de uma mesma sociedade. É um conceito descritivo e demográfico. Ele indica simplesmente que diferentes tradições religiosas coexistem em um determinado espaço social. Por exemplo: católicos, evangélicos, religiões afro-brasileiras, pessoas sem religião, etc.

A pluralidade religiosa é um conceito próximo da diversidade, mas enfatiza mais claramente a coexistência de múltiplas tradições religiosas em um mesmo espaço social. Enquanto diversidade destaca a variedade, pluralidade enfatiza a

presença simultânea e visível de diferentes religiões no espaço público. Assim, uma sociedade plural é aquela em que diferentes religiões estão presentes e reconhecidas socialmente, convivendo de forma harmoniosa ou não.

O conceito de pluralismo religioso é mais normativo e institucional. Pluralismo refere-se a um sistema social e político em que diferentes religiões coexistem com reconhecimento, legitimidade e liberdade religiosa. Portanto, o pluralismo envolve: liberdade de crença, igualdade jurídica entre religiões, tolerância religiosa e possibilidade de participação no espaço público. Garantir o pluralismo religioso é essencial para a democracia (Menezes, 2025).

#### **4. A evolução da transição religiosa no Brasil**

A evolução da transição religiosa no Brasil, entre 1872 e 2022, foi marcada pela redução do percentual das filiações católicas e pelo aumento do percentual dos evangélicos, das outras religiões e do percentual de pessoas que se declaram sem religião. Os dados do censo demográfico 2022 mostram que o percentual de católicos é o mais baixo da história brasileira, mas houve uma desaceleração do declínio de católicos, comparado com o período 1991 a 2010. Por outro lado, os outros três grupos atingiram os níveis mais elevados da série histórica. Ou seja, a religião católica perde relativamente espaço para todas as demais religiões, mas sem dúvida, as denominações evangélicas são as que mais ganham terreno, ainda que representem pouco mais de um quarto dos fiéis em 2022.

A pequena redução no ritmo de crescimento dos evangélicos nestes últimos 12 anos pode ser real, no entanto, os dados publicados em 2022 ainda são preliminares e há questões metodológicas que devem ser consideradas para o entendimento desta tendência. Em primeiro lugar, o IBGE ainda não divulgou os dados desagregados para o acompanhamento da evolução das diversas denominações, o que poderia indicar qual das denominações evangélicas podem ter apresentado menor ritmo de crescimento ou até mesmo decréscimo ou, por outro lado, poderia indicar que em 2010 algumas denominações estavam sobrerrepresentadas de alguma forma. Referente a este tema é importante registrar que a pergunta do censo para religião não pergunta especificamente sobre as denominações religiosas, mas sim a religião ou culto de cada pessoa do

domicílio, no entanto, por ser uma pergunta aberta, a resposta pode ser muito específica, indicando por exemplo uma denominação muito específica como o nome da igreja, ou bem amplo como “cristão”, que englobaria mais de uma religião.

Referente a este tema, o documento de divulgação dos dados de 2022 (IBGE, 2025) explica que as denominações religiosas foram sendo codificadas com o passar dos anos (a partir da mesma pergunta aberta), com uma variedade cada vez maior das denominações declaradas pela população recenseada. Ao longo dos censos, essas informações foram classificadas pelo IBGE em uma cooperação com especialistas do Instituto de Estudos da Religião (ISER). Uma análise das categorias disponíveis em cada censo deixa claro que a comparação da evolução de algumas denominações religiosas pode ser bastante complexa, principalmente porque uma grande categoria é a denominação “evangélica com denominação não determinada”, pois os codificadores foram capazes de definir que a religião era evangélica, mas a informação declarada não permitia definir a denominação específica.

Em segundo lugar, houve mudanças metodológicas, aparentemente sutis, que podem afetar os resultados, que ainda precisam ser mais bem avaliadas com o uso de microdados. Em 2022, diferente de censos anteriores, a pergunta sobre religião não incluiu a população de crianças, de 0 a 9 anos de idade. Apesar de ser possível analisar a série completa somente considerando a população de 10 anos ou mais para os anos anteriores, devido a que proporcionalmente os evangélicos e o grupo sem religião são mais presentes entre os jovens e os católicos entre os idosos, essa mudança tenderia a mostrar uma distribuição geral por religião com menos evangélicos e sem religião. Outra mudança metodológica observada em 2022 foi na instrução da coleta, apesar da pergunta ser a mesma<sup>2</sup> que em anos anteriores, pois não foi dada a instrução para não registrar expressões genéricas, como feito, por exemplo em 2010 (IBGE, 2010; 2022). Esta instrução levaria a uma pergunta de cobertura para buscar melhor a denominação específica quando

---

<sup>2</sup> Para captar a informação de religião foi utilizada uma pergunta aberta “Qual é sua religião ou culto” ou a variação “Qual a sua crença, ritual indígena ou religião”, para entrevistas realizadas em Terra Indígena. Parte das respostas obtidas foi classificada pelo recenseador, no momento da entrevista, com o uso de um combo com possibilidades de religiões e denominações religiosas apresentadas para seleção. Outra parte da classificação foi realizada no pós-campo por um especialista da área de religião. Os detalhes sobre os métodos de classificação deverão ser divulgados pelo IBGE com os dados finais do censo, em publicação da metodologia completa do Censo.

uma expressão como “Católica, Protestante, Espírita, crente ou Evangélica” fosse dada. Devido a que a religião evangélica é que apresenta um número maior de denominações religiosas, esta pode conter mais imprecisões na coleta dos dados que as demais religiões.

Em terceiro lugar, mas talvez mais importante, é que o censo demográfico de 2022 teve um erro de cobertura populacional maior do que nos censos anteriores. Esta omissão pode ter afetado ligeiramente os dados sobre afiliações religiosas, caso algum grupo religioso tenha sido omitido desproporcionalmente em comparação aos demais, principalmente aqueles grupos que residiam em áreas com os maiores níveis de omissão. Apesar de ser muito difícil mensurar os desvios com os dados disponíveis no momento, sabemos que em 2022 foram recenseados 195,1 milhões de pessoas e foram imputadas<sup>3</sup> 8 milhões, levando à população de 2022 divulgada, de 203,1 milhões de habitantes. A imputação é feita por doação de dados de domicílios “similares”, ou seja, para os domicílios onde o censo indicou que existiam moradores, mas que durante os oito meses de coleta não foi possível realizar a entrevista com algum de seus moradores e se utilizou um método probabilístico para encontrar os doadores (IBGE, 2024c). Ainda, as projeções populacionais oficiais do IBGE (IBGE, 2024a) estimaram que em 2022 deveria haver 210,9 milhões de habitantes, indicando que mesmo após a imputação no censo de 2022, houve uma omissão de outros 7,8 milhões de pessoas.

Como mencionado, se a imputação ocorresse de maneira proporcional em todos os grupos religiosos, os problemas de cobertura não afetariam a distribuição por religião, no entanto, quanto maior e mais concentrada a omissão em algumas áreas é menos provável uma imputação acurada de toda a população. Por exemplo, enquanto em nível nacional a imputação ocorreu em 3,9% da população, em nível de Unidades da Federação, o IBGE (2024c) informou que a imputação no Estado de São Paulo foi para 7,7% da população e de 1,5% na Paraíba e Roraima.

Adicionalmente, a pesquisa de pós-enumeração censitária indica que a

---

<sup>3</sup> O método de imputação utilizado está descrito em IBGE (2024c). Este método foi usado no censo de 2010 onde foram imputados cerca de 3 milhões de pessoas e em 2022 quase 8 milhões (3,9% da população total).

omissão não foi uniforme (Borges, Queiroz, 2025) para grupos populacionais. Os jovens (20 a 29 anos) foram mais omitidos que outros grupos etários (mais de 10% de omissão) e, entre estes, as mulheres foram mais omitidas proporcionalmente que os homens. Ainda, quanto maior os municípios, maior o nível de omissão líquida (inclui os imputados), variando de 3,9% em municípios até 14 mil habitantes e de 13,2% em municípios com 100 mil ou mais habitantes.

Finalmente, em quarto lugar, é preciso avaliar uma possível contradição entre o grande crescimento dos estabelecimentos evangélicos (Araújo, 2023), paralelamente à desaceleração do crescimento das filiações evangélicas. É fato que alguns templos se dividiram e se criaram outras denominações com poucos fiéis, no entanto, o crescimento dos templos só se sustenta se houver uma base sólida de fiéis que contribuam financeiramente com as atividades da igreja.

De qualquer maneira, os resultados do censo demográfico de 2022 mostram que, na média nacional, houve uma desaceleração da queda dos católicos e uma redução do ritmo de subida dos evangélicos e, também do grupo sem religião. A única aceleração (mesmo que pequena) foi do grupo das demais religiosidades. Além do mais, as tendências regionais e municipais variam bastante nas diversas escalas geográficas como mostraremos na continuação.

## **5. A transição religiosa brasileira em diferentes níveis geográficos**

### **5.1 A transição religiosa nas grandes regiões**

A análise do panorama nacional é importante para se ter uma visão da média do país. Contudo, a realidade brasileira possui dinâmicas diferentes nas cinco grandes regiões. As Tabelas 1 e 2 mostram diferentes indicadores para traçar um panorama regional sobre distribuição religiosa em 2010 e 2022, o percentual de pessoas segundo quatro grandes grupos religiosos, o índice de entropia de Shannon<sup>4</sup> para mensurar a diversidade da distribuição desses quatro grupos e a razão entre evangélicos e católicos (REC), para uma comparação direta

---

<sup>4</sup> O Índice de entropia de Shannon (ou índice de diversidade de Shannon) é uma medida usada para saber o quanto uma distribuição é ou não diversa (plural). Quanto mais igualitária a distribuição das categorias, maior a incerteza sobre qual categoria poderia ser encontrada se selecionasse um item aleatoriamente. Essa é uma situação de alta incerteza e, portanto, alta entropia, alto índice de Shannon. Quanto menos igualitária (mais desigual) a distribuição, ou seja, se uma ou poucas categorias são altamente dominantes, menor a incerteza. Essa é uma situação de baixa incerteza e, portanto, baixa entropia, baixo índice de Shannon.

desses dois grupos.

Na tabela 1 observa-se que em 2010 a região Sudeste tinha o menor percentual de católicos e maior percentual do grupo sem religião e de outras religiões, enquanto a região Norte tinha o maior percentual de evangélicos.

O menor índice de Shannon estava na região Nordeste (1,220) significando maior desigualdade e menor pluralidade religiosa. As regiões Sul (1,247) e Norte (1,394) tinham um índice abaixo da média nacional (1,404). As regiões Centro-Oeste (1,473) e Sudeste (1,524) tinham os maiores índices, indicando maior pluralidade religiosa.

Na comparação direta entre os dois maiores grupos, apesar de todas as regiões apresentaram menos de 50 evangélicos para cada 100 católicos, observa-se que a região Norte, seguida pelo Centro-Oeste e Sudeste, estavam mais avançados na transição. A região Nordeste, com a menor REC, era a mais lenta nesta transição, pois o percentual de católicos superava os 70%.

**Tabela 1 - Distribuição percentual de católicos, evangélicos, sem religião e outras, Brasil e Regiões, Índice de Entropia de Shannon e Razão entre evangélicos e católicos (REC), 2010**

Brasil/ Regiões	Católica	Evangélica	Sem religião	Outras	Shannon	REC
Brasil	64,6	22,2	8,0	5,2	1,404	34,3
NO	60,6	28,5	7,7	3,1	1,394	47,0
NE	72,2	16,4	8,3	3,1	1,220	22,7
SE	59,5	24,6	9,0	7,0	1,524	41,3
SU	70,1	20,2	4,8	4,9	1,247	28,8
CO	59,6	26,8	8,4	5,2	1,473	45,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Na tabela 2 nota-se que a região Norte passou a ter o menor percentual de católicos e manteve o maior percentual de evangélicos, mostrando uma aceleração na transição religiosa observada na década anterior. Por conseguinte, a REC que era de 47,0 em 2010 passou para 72,9 evangélicos para cada 100 católicos. Ao contrário do Norte, nas demais regiões a transição mostrou uma desaceleração neste processo, o que se reflete na desaceleração em nível nacional observada nesta última década.

Neste processo, entre 2010 e 2022, o índice de Shannon aumentou para o Brasil e todas as regiões, indicando uma maior pluralidade com o avanço da transição religiosa, mesmo que em ritmo mais lento. As regiões Sudeste e Centro-Oeste continuaram com uma pluralidade maior do que a média nacional e as regiões Norte, Nordeste e Sul com menor pluralidade religiosa.

**Tabela 2 - Distribuição percentual de católicos, evangélicos, sem religião e outras, Brasil e Regiões, Índice de Entropia de Shannon e Razão entre evangélicos e católicos (REC), 2022.**

<b>Brasil/ Regiões</b>	<b>Católica</b>	<b>Evangélica</b>	<b>Sem religião</b>	<b>Outras</b>	<b>Shannon</b>	<b>REC</b>
Brasil	56,7	26,9	9,3	7,1	1,564	47,3
NO	50,5	36,8	8,2	4,5	1,527	72,9
NE	63,9	22,5	8,9	4,8	1,417	35,2
SE	52,2	28,0	10,6	9,2	1,664	53,5
SU	62,4	23,7	7,1	6,8	1,451	37,9
CO	52,6	31,4	8,9	7,1	1,595	59,7

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2022 (dados preliminares).

Nota: não inclui população de 0-9 anos de idade.

Portanto, deve-se registrar que apesar da desaceleração da transição religiosa em nível nacional segundo o Censo 2022, o mesmo não aconteceu na região Norte, que inclusive já teve dois estados onde os evangélicos superaram os católicos e a REC avançou de forma veloz. Assim, conhecer as realidades estaduais é importante para traçar um quadro mais detalhado do cenário religioso do país.

## 5.2 A transição religiosa nas Unidades da Federação

A transição religiosa no Brasil avança de forma contínua, marcada pela redução da proporção de católicos e pelo crescimento dos evangélicos, dos sem religião e de outras filiações religiosas. No entanto, essa transformação não ocorre de maneira uniforme: seus ritmos e intensidades variam significativamente entre os estados e municípios do país.

Freston (2010) acreditava que o Brasil apresentava maior pluralidade religiosa, pois a debilidade institucional provoca a perda do status da igreja católica e a diminuição do número de fiéis. Porém, o autor acredita que a

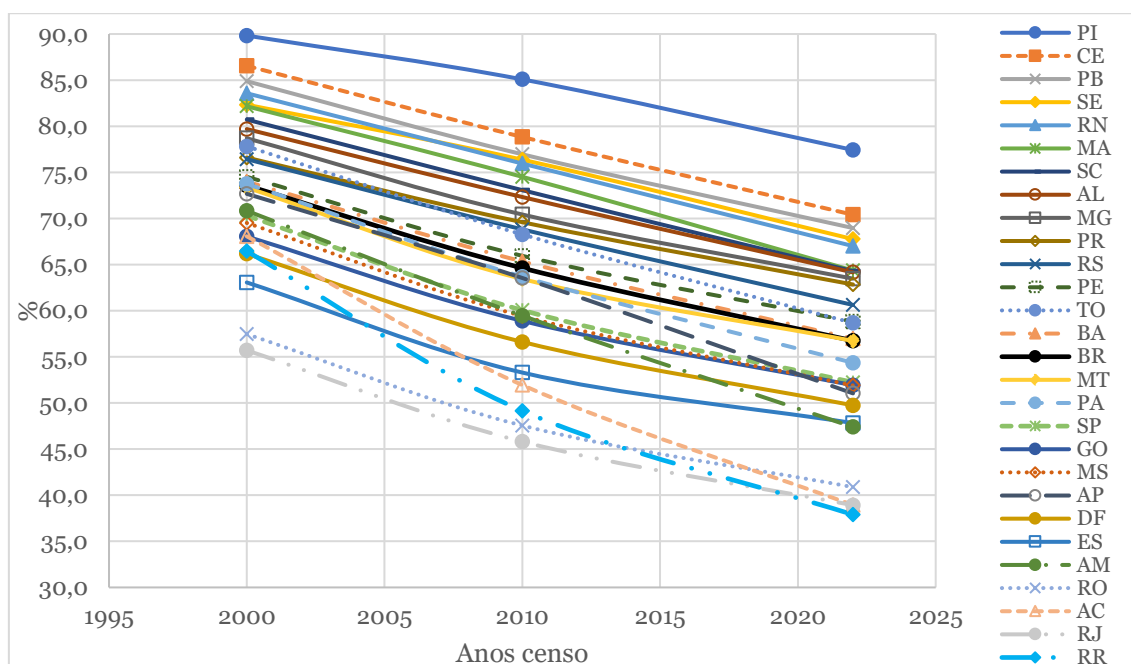
diminuição da proporção de católicos no país tem um piso e o crescimento das filiações evangélicas tem um teto, pois o protestantismo recebe pouco mais de uma em cada duas pessoas que abandonam o catolicismo no Brasil. O piso católico estaria entre 35% e 40% e o teto evangélico aproximadamente na mesma proporção.

A ideia de um piso e um teto para a transição religiosa é uma hipótese plausível para a média nacional. É, principalmente, uma hipótese falseável – na concepção da metodologia da ciência de Karl Popper - e somente o futuro irá confirmar ou negar. Contudo, os dados já mostram que existem múltiplos pisos e diversos tetos quando se considera as diferentes escalas geográficas do país.

O gráfico 1 apresenta a percentagem de católicos para as Unidades da Federação (UFs) de 2000 a 2022. Nota-se que a queda foi geral, mas ocorreu em ritmos diferenciados. Na média nacional, a percentagem de católicos passou de 73,6% em 2000 para 56,7% em 2022. Todos os estados do Sul e do Nordeste estão acima desta média. A maioria dos estados do Norte, Centro-Oeste e Sudeste estão abaixo desta média.

O Piauí e o Ceará são os dois estados com a maior proporção de católicos, mas não conseguiram evitar a perda de fiéis. O Piauí tinha 89,8% de católicos em 2000 e caiu para 77,4% em 2022. No outro extremo, Rio de Janeiro, Rondônia e Espírito Santo eram, nesta ordem, os três estados com menor proporção de católicos. Mas Roraima que tinha 66,5% de católicos em 2000, passou a ser o estado com menor proporção de católicos em 2022, com 37,9%. O Acre que tinha 68,1% de católicos em 2000 passou para 38,9% em 2022. Os três estados com menor proporção de católicos em 2022 são Acre, Rio de Janeiro e Roraima, todos com taxas abaixo de 40%.

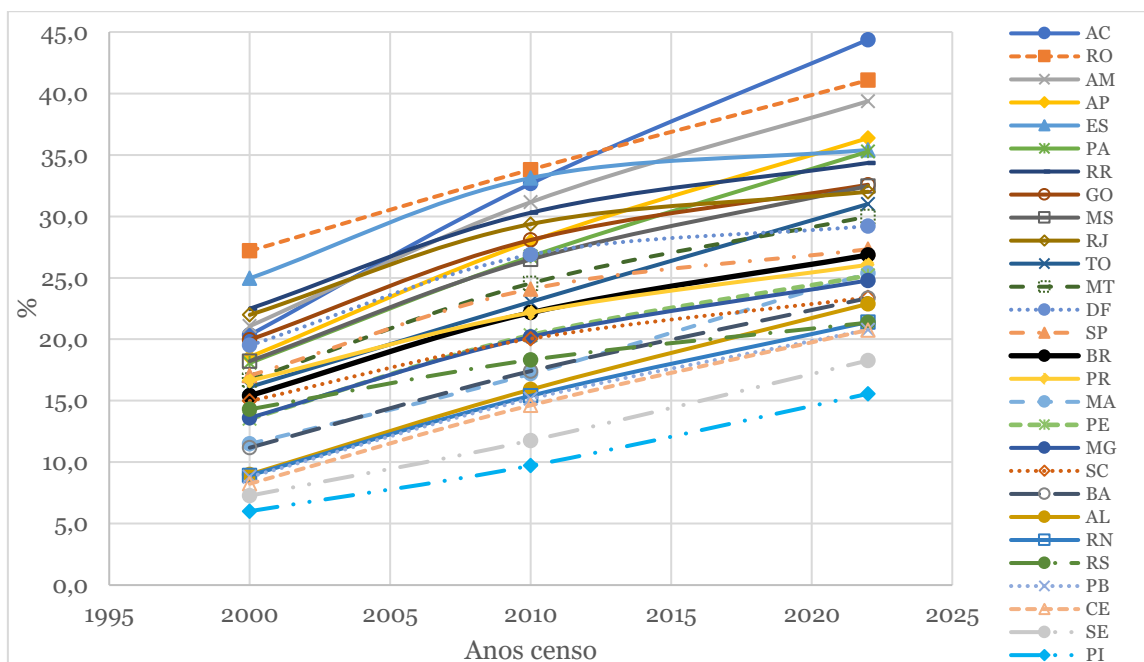
**Gráfico 1 - Porcentagem de católicos na população do Brasil e UF's em 2000, 2010 e 2022**



**Fonte: IBGE, Censos demográficos 2000, 2010 e 2022 (2022 não inclui população de 0-9 anos de idade)**

O gráfico 2 apresenta a porcentagem de evangélicos para as Unidades da Federação (UFs) de 2000 a 2022. Nota-se que o aumento foi geral, mas ocorreu em ritmos diferenciados. Na média nacional, a porcentagem de evangélicos passou de 15,4% em 2000 para 26,9% em 2022. Os estados do Piauí e Sergipe tinham a menor proporção de evangélicos, com porcentagem abaixo de 20% em 2022. Rondônia tinha a maior proporção de evangélicos em 2000, mas foi superado pelo Acre em 2022. Estes dois estados já apresentam proporção de evangélicos acima de 40% em 2022, mostrando que já romperam o teto de 40%. Os evangélicos já estão acima de 35% no Amazonas, Amapá, Espírito Santo e Pará.

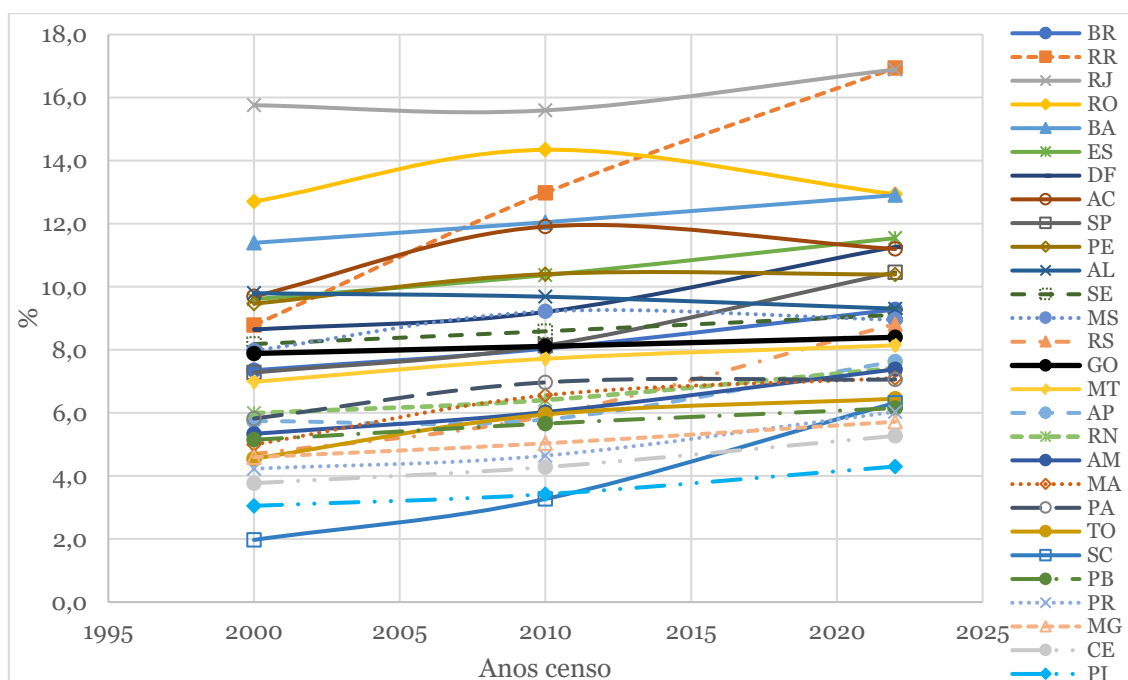
**Gráfico 2 - Porcentagem de evangélicos na população do Brasil e UFs em 2000, 2010 e 2022**



**Fonte: IBGE, Censos demográficos 2000, 2010 e 2022 (2022 não inclui população de 0-9 anos de idade)**

O gráfico 3 apresenta a porcentagem dos sem religião para as Unidades da Federação (UFs) de 2000 a 2022. Este foi o grupo com maior desaceleração. Na média nacional, a porcentagem do grupo sem religião passou de 7,4% em 2000 para 9,3% em 2022. A menor porcentagem no ano 2000 era em Santa Catarina com apenas 2% e a menor porcentagem em 2022 era no Piauí com 4,3% dos sem religião em 2022. O Rio de Janeiro sempre apresentou as maiores taxas, mas o estado de Roraima empatou na proporção dos sem religião, com 16,9% em 2022. A porcentagem dos sem religião, em 2022, ficou acima de 10% nos seguintes estados: Pernambuco, São Paulo, Acre, Distrito Federal, Espírito Santo, Bahia e Rondônia.

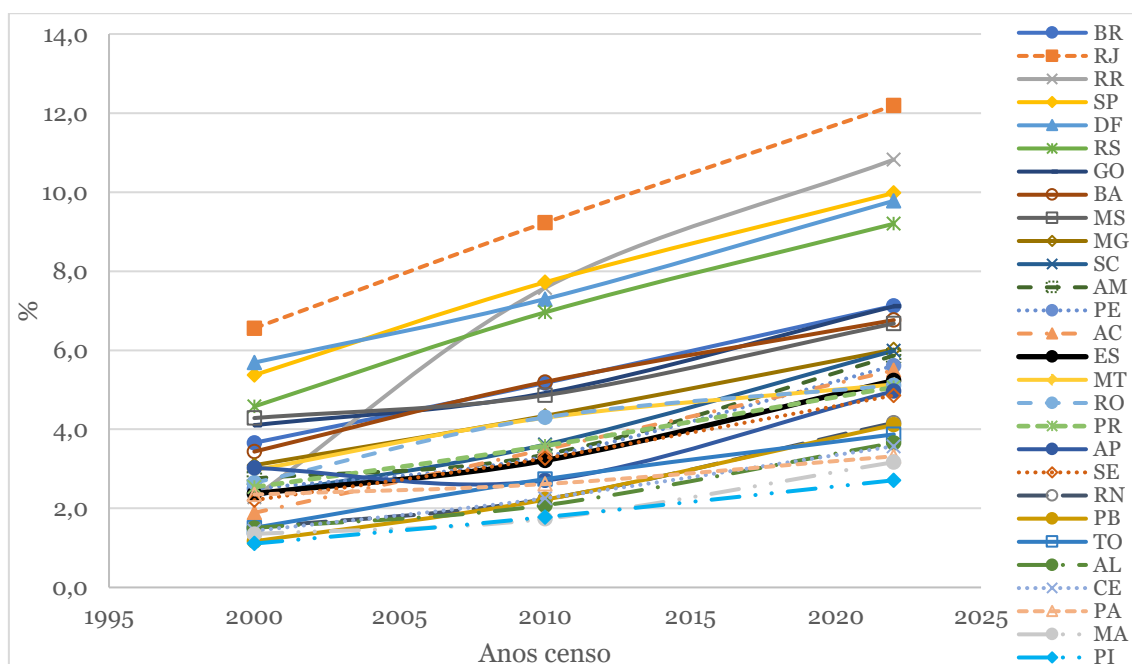
**Gráfico 3 - Porcentagem sem religião na população do Brasil e UFs em 2000, 2010 e 2022**



**Fonte: IBGE, Censos demográficos 2000, 2010 e 2022 (2022 não inclui população de 0-9 anos de idade)**

O gráfico 4 apresenta a porcentagem das demais religiosidades para as Unidades da Federação (UFs) de 2000 a 2022. Este foi um grupo que teve a menor desaceleração entre 2010 e 2022. Na média nacional, a porcentagem das outras religiões passou de 3,7% em 2000 para 7,1% em 2022. O Piauí é o estado com menor proporção de outras religiões, seguido pelo Maranhão. O Rio de Janeiro é o estado com a maior proporção de outras religiões, com 12,2% em 2022. Os estados de Roraima e São Paulo apresentam proporções acima de 10%.

**Gráfico 4 - Porcentagem outras religiões na população do Brasil e UFs em 2000, 2010 e 2022**



Fonte: IBGE, Censos demográficos 2000, 2010 e 2022 (2022 não inclui população de 0-9 anos de idade)

### 5.2.1 Comparação direta entre evangélicos e católicos (REC)

A razão entre evangélicos e católicos (REC) avançou em todas as Unidades da Federação (UFs) entre 2000 e 2022. No Brasil, no ano 2000, havia 21 evangélicos para cada 100 católicos, sendo que a REC era de 6,7 evangélicos para cada 100 católicos no Piauí e de 47,3 evangélicos para cada 100 católicos em Rondônia. A REC do Rio de Janeiro e do Espírito Santo estava em torno de 40 evangélicos para cada 100 católicos.

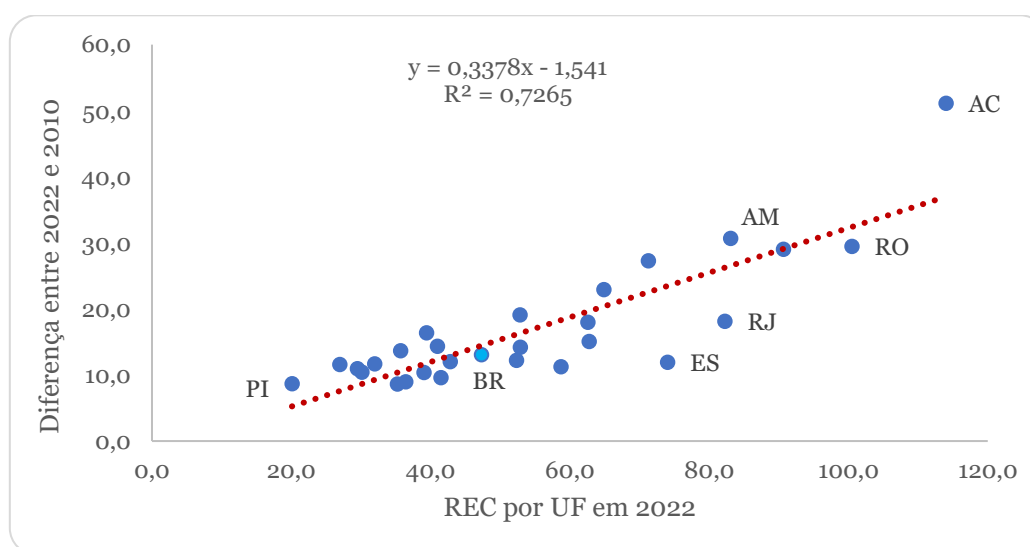
No ano 2010 a REC subiu em todas as UFs. No Brasil, a relação subiu para 34,3 evangélicos para cada 100 católicos. O Piauí continuou com a menor REC, mas houve um aumento de 6,7 em 2000 para 11,4 em 2010. Todos os estados do Nordeste ficaram com REC abaixo da média nacional e quase todos os estados da região Norte (exceto Tocantins) ficaram com REC acima da média nacional. Em 2010, Rondônia aparece com a maior REC (71,1), seguido de Rio de Janeiro (64,1), Acre (62,9), Espírito Santo (62,1) e Roraima (61,6).

A REC continuou aumentando em 2022, sendo que pela primeira vez na

história brasileira os evangélicos ultrapassaram os católicos em duas UF's: Acre com REC de 114 e Rondônia com uma REC de 100,5 evangélicos para cada 100 católicos. A REC brasileira foi de 47,3 em 2022 e a REC do Piauí foi para 20,1 evangélicos para cada 100 católicos. Todos os estados das regiões Nordeste e Sul ficaram com REC abaixo da média nacional. Na região Sudeste, apenas Minas Gerais ficou com REC abaixo da média nacional (conforme mostra os gráficos do anexo)

O gráfico 5 apresenta a associação entre a REC para as UF's em 2022 e a diferença das RECs entre 2022 e 2010. A reta de tendência linear entre as duas variáveis indica que 72,6% da variação da REC na última década é explicada linearmente pela REC em 2022. Ou seja, quanto maior é a variação da relação entre evangélicos e católicos na década maior é a REC em 2022, com correlação de Person de (r) de 0,8523 e intervalo de confiança de 0,703 a 0,930 (p=0,000), mostrando correlação linear positiva forte e estatisticamente significativa entre as variáveis. Esse resultado sugere que não existe um piso para a queda das filiações católicas e nem um teto para o aumento das filiações evangélicas, pois o avanço da REC no último período intercensitário ocorreu em maior velocidade naquelas UF's que estavam mais avançadas na transição religiosa. E ao contrário, nas UF's com forte presença católica a mudança é mais lenta.

**Gráfico 5 – Associação entre razão de evangélicos e católicos (REC) e diferença entre as RECs de 2022 e 2010, Brasil e Unidades da Federação (UF) e tendência linear entre as variáveis.**



**Fonte: IBGE, Censos demográficos 2000, 2010 e 2022 (2022 não inclui população de 0-9 anos de idade)**

Ou seja, a tendência da última década sugere que onde os católicos possuem maior proporção de filiações a queda foi proporcionalmente menor e onde a proporção de católicos era mais baixa a queda foi maior. Por exemplo, nos Estados do Nordeste, onde os católicos têm forte presença a mudança no último período foi pequena, mas naqueles da região Norte, onde os católicos já estavam menos presentes (ou os evangélicos mais presentes) a mudança na REC foi grande. Inclusive o Acre aparece com um caso que chama bastante atenção, pois os católicos já representam menos de 40% da população e os evangélicos já superaram o suposto limiar de 40% da população em 2010 e a REC quase dobrou de valor, passando dos 100%. A tendência para os próximos anos é que a diferença continue se ampliando no sentido de menor presença católica e maior presença evangélica.

### **5.3 As tendências nas capitais brasileiras**

A maioria das capitais dos Estados que, em geral são as maiores cidades em seus respectivos Estados, estão mais avançadas na transição religiosa do que o interior dos estados. A tabela 4 mostra a razão entre evangélicos e católicos para as capitais desde 1991, para mostrar uma tendência de mais longo prazo. Nota-se que Rio Branco, capital do Acre, tinha 12,1 evangélicos para cada 100 católicos em 1991, passou para 37,8 em 2000 e chegou a 120,2 evangélicos para cada 100 católicos. Ou seja, em menos de 20 anos a REC de Rio Branco foi multiplicada por 10 vezes, sendo a primeira capital com os evangélicos superando os católicos já em 2010. Os dados do censo 2022 mostram que existem 1,5 evangélicos para cada católico em Rio Branco.

Outras três capitais da região Norte – Porto Velho (RO), Boa Vista (RR) e Manaus (AM) - estão próximas de uma mudança de hegemonia, com as filiações evangélicas superando as filiações católicas. A cidade do Rio de Janeiro, a segunda cidade mais populosa do país, tem uma REC acima da média nacional. Mas a cidade de São Paulo, a maior cidade brasileira, tem uma REC abaixo da média nacional.

As três capitais da região Sul possuem uma REC abaixo da média nacional, sendo que Florianópolis (27,2) e Porto Alegre (24,3) são as capitais com as

menores razões entre evangélicos e católicos, ou seja, onde a presença católica é mais forte.

Por ser a capital mais avançada da transição religiosa brasileira, o panorama de Rio Branco (AC) merece ser visto com mais detalhe. A tabela 5 mostra que o percentual de católicos em Rio Branco era de 82,4% em 1991, caiu para 61,5% em 2000, para 33,1% em 2010 e para 30,5% em 2022. No mesmo período, os evangélicos passaram de 9,9%, para 23,3%, para 39,8% e para 47,1% em 2022. Portanto, a mudança de hegemonia entre católicos e evangélicos ocorreu em 2010 e foi ampliada em 2022. Em 2022, o percentual dos sem religião ficou em 14,8% e as demais religiões em 7,5%.

**Tabela 4 – Razão entre evangélicos e católicos (REC), Brasil, Capitais, 1991-2022**

<b>Brasil e Capitais</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>	<b>2022</b>
Rio Branco	12,1	37,8	120,2	154,5
Porto Velho	12,6	34,3	80,8	95,6
Boa Vista	12,6	34,9	85,3	94,4
Manaus	11,7	32,5	76,0	89,0
Palmas	13,1	37,3	69,0	75,4
Campo Grande	15,1	32,3	63,2	75,2
Goiânia	17,1	38,2	69,1	72,5
Macapá	10,6	23,1	51,1	64,1
Belém	11,7	25,3	53,5	60,5
Cuiabá	12,1	24,2	48,9	59,5
Brasília	13,1	29,5	51,3	58,7
Recife	11,8	26,9	50,3	58,6
Rio de Janeiro	14,8	29,1	50,0	58,4
Maceió	7,4	21,1	41,1	57,5
Vitória	19,0	35,0	57,3	57,1
São Luís	7,9	21,9	42,3	56,7
Salvador	9,4	22,0	47,1	55,3
João Pessoa	7,6	21,5	42,0	52,5
Belo Horizonte	12,8	26,3	44,1	51,4
Brasil	10,8	20,9	34,3	47,3
Curitiba	15,5	26,8	40,9	46,0
São Paulo	10,6	23,4	41,0	45,7
Fortaleza	6,9	16,0	34,2	43,8
Natal	8,4	18,0	34,0	42,0
Aracaju	7,3	12,7	23,4	33,8
Teresina	4,4	9,7	17,7	27,7
Florianópolis	7,0	12,8	21,9	27,2

Porto Alegre	8,3	12,7	20,3	24,3
--------------	-----	------	------	------

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1991 a 2022 (2022 não inclui população de 0-9 anos de idade)

Quando se analisa por grupos de idade em Rio Branco, em 2022, os evangélicos são mais de 50% no grupo etário 10-14 anos, os sem religião são mais de 20% no grupo 15-29 anos e os católicos estão abaixo de 30% nos grupos entre 10 e 39 anos, mas são mais de 50% nos grupos de 70 anos e mais. Assim, a sucessão de gerações deve favorecer o avanço dos evangélicos.

**Tabela 5 - Percentagem católicos, evangélicos, sem religião e outras, Índice de Entropia de Shannon e Razão entre evangélicos e católicos, Rio Branco (AC): 1991-2022**

Ano	Católicos	Evangélicos	Sem religião	Outras	Shannon	REC
1991	82,4	9,9	4,6	3,1	0,920	12,1
2000	61,5	23,3	12,1	3,2	1,449	37,8
2010	33,1	39,8	15,9	11,2	1,833	120,2
2022	30,5	47,1	14,8	7,5	1,722	154,5

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1991 a 2022 (2022 não inclui população de 0-9 anos de idade)

Mas, acima de tudo, a cidade de Rio Branco marca uma característica que não é registrada na média nacional e nem nos números estaduais. Entre 1991 e 2010 o Índice de Entropia de Shannon subiu de 0,920 em 1991, para 1,449 em 2000 e para 1,833 em 2010. Isto significa que a pluralidade religiosa estava aumentando em Rio Branco. Mas entre 2010 e 2022 o Índice de Shannon diminuiu para 1,722, o que indica uma redução da pluralidade religiosa e uma maior concentração devido ao aumento do grupo evangélico, paralelamente à diminuição dos católicos, dos sem religião e das outras religiões.

Assim como em Rio Branco, a cidade de Alto Caparaó, em Minas Gerais, é um outro exemplo da possibilidade de trocar o monopólio católico pelo monopólio evangélico. Contudo, até agora estes casos são exceções e parece muito pouco provável que esta situação se generalize nas próximas décadas. A tendência é que a transição religiosa brasileira continue avançando com uma maior diversidade e pluralidade religiosa, com aumento dos sem religião e de outras religiosidades.

## **6. Caso especial: Estado do Rio de Janeiro**

### **6.1 Comparação entre católicos e evangélicos nos municípios fluminenses**

O estado do Rio de Janeiro é um dos mais avançados na transição religiosa e é onde há maior pluralidade religiosa. Em 1991 os católicos eram maioria em todos os municípios, mas este quadro começou a mudar a partir de 2000. No ano 2000 havia apenas um município onde os evangélicos superavam os católicos, a cidade de Silva Jardim, que no ano 2000 tinha uma população de 21,3 mil habitantes (representava 0,14% da população do estado do Rio de Janeiro), com REC de 104,3 evangélicos para cada 100 católicos. Por outro lado, a cidade de Laje do Muriaé tinha a menor REC em 2000, com 10,6 evangélicos para cada 100 católicos. A capital fluminense, com 5,9 milhões de habitantes, tinha uma REC de 29,1 evangélicos para cada 100 católicos.

No ano 2010 o cenário mudou bastante, intensificando a transição religiosa. O número de municípios fluminenses com REC acima de 100 atingiu 20 cidades, somando 3,5 milhões de habitantes (representando 22% da população do estado do Rio de Janeiro). A REC em Silva Jardim passou para 170 evangélicos para cada 100 católicos. A cidade de Laje do Muriaé teve a REC aumentada para 22,1 evangélicos para cada 100 católicos. A cidade do Rio de Janeiro, com 6,3 milhões de habitantes, viu a REC aumentar para 45,7 evangélicos para 100 católicos.

Este processo se intensificou ainda mais, segundo os dados de 2022. As filiações evangélicas superaram as filiações católicas em 40 cidades fluminenses, somando 6,3 milhões de habitantes (representando 40% da população estadual). Três municípios apresentaram REC acima de 200 evangélicos para 100 católicos. A REC atingiu 236 em Seropédica, 227 em Silva Jardim e 219 em Japeri. Nessas três cidades o número de evangélicos é mais do que o dobro do número de católicos.

Mesmo nos outros municípios, com menor presença de evangélicos, a transição se intensificou. Em Laje do Muriaé, que apresenta a menor REC no

estado do Rio de Janeiro, a razão atingiu 32,8 evangélicos para cada 100 católicos em 2022. Na cidade do Rio de Janeiro a REC aumentou para 58,4 evangélicos para 100 católicos.

Dado que no Rio de Janeiro as filiações católicas estão abaixo de 20% em três cidades (Seropédica, Silva Jardim e Japeri) e os evangélicos já são mais de 40% em 25 cidades, isto mostra que as proporções de católicos e evangélicos não se limitam aos supostos pisos e aos tetos para o encolhimento das filiações católicas e expansão das denominações evangélicas.

Em Seropédica, como em Rio Branco, no grupo etário 10-14 anos, em 2022, os católicos representam apenas 12,1% e os evangélicos 52,8%, enquanto os católicos continuam mais fortes entre os idosos. Desta forma, a sucessão de gerações tenderá a impulsionar a transição religiosa neste município.

As filiações católicas ainda são superiores ao número de filiações evangélicas no estado do Rio de Janeiro. Mas, como visto, o território fluminense está em estágio avançado da transição religiosa. Até 2010, a UF do Rio de Janeiro estava na vanguarda das alterações do campo religioso no Brasil, mas a região Norte e, principalmente, Acre e Rondônia assumiram a dianteira na última década. O censo demográfico de 2022 mostrou uma desaceleração do ritmo geral de mudança, mas confirmou que o quadro religioso brasileiro mantém a dinâmica de transformação.

## **6.2 As tendências na metropolitana do Rio de Janeiro**

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) reúne a segunda maior concentração urbana do Brasil, ficando atrás apenas da Região Metropolitana de São Paulo. De acordo com os dados do censo demográfico 2022, do IBGE, a população da RMRJ era de 12,1 milhões de habitantes. A cidade do Rio de Janeiro e a sua região metropolitana possuem uma série de especificidades que as tornam únicas no contexto nacional. Nenhuma cidade e região metropolitana tem uma história territorial e jurídica tão complexa.

O Rio de Janeiro tornou-se capital do Brasil Colônia em 1763 e, com a chegada da corte portuguesa em 1808, foi elevado à capital do Império. Em 1960,

com a transferência da capital federal para Brasília, o Rio de Janeiro foi transformado no Estado da Guanabara. Em 1975, com a fusão do Estado da Guanabara com o antigo Estado do Rio de Janeiro, formou-se o atual Estado do Rio de Janeiro. A antiga capital federal passou então a ser a sede administrativa e política do Estado Fluminense, em substituição à cidade de Niterói.

A cidade do Rio de Janeiro e o estado fluminense sempre estiveram na ponta dos acontecimentos nacionais e na vanguarda da dinâmica socioespacial-demográfica nacional. O Estado do Rio de Janeiro possui cinco características que o destaca das demais Unidades da Federação (UF): 1) Segunda maior densidade demográfica; 2) Maior percentual de população urbana; 3) Maior concentração populacional metropolitana; 4) Maior razão de sexo; 5) Segundo maior índice de envelhecimento.

Neste contexto, não causa surpresa que o Rio de Janeiro se destaque entre as unidades da federação que lideram a transição religiosa no Brasil. Trata-se da UF com maior pluralidade religiosa do país e, considerando o peso populacional e econômico do estado e de sua região metropolitana no cenário nacional, torna-se fundamental analisar os dados referentes à região, pensando em possíveis cenários futuros para outras regiões brasileiras.

Os dados do censo demográfico 2022 mostram que o percentual de católicos atingiu o nível mais baixo da história brasileira e o percentual dos outros três grandes grupos foi o mais alto de todos os tempos. A razão entre evangélicos e católicos ficou em 81,4 na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e em 115,5 nos municípios do entorno da capital. Isto quer dizer que as filiações católicas superam as evangélicas na RMRJ, mas os evangélicos superam as filiações católicas na RMRJ quando não se inclui os dados da capital fluminense.

Dos 22 municípios da RMRJ, os evangélicos superavam os católicos em 18 cidades e os católicos superaram os evangélicos em 4 cidades em 2022. Evidentemente, o peso maior é da cidade do Rio de Janeiro que tem cerca da metade da população da região metropolitana. Em 1991, a capital fluminense tinha 14,8 evangélicos para cada 100 católicos e passou para 58,4 evangélicos para cada 100 católicos em 2022.

Em 1991, Niterói apresentava uma REC de 13,7, que alcançou 49,3 evangélicos para cada 100 católicos em 2022. Apesar desse crescimento, continuava sendo o município com a menor REC da Região Metropolitana, onde viviam cerca de 500 mil habitantes em 2022. Na sequência, figuravam Petrópolis (60,6) e Maricá (89,6). Nos demais 18 municípios da região, a REC já ultrapassava 100. No conjunto da RMRJ, a REC foi de 81,4, mas quando excluída a capital esse valor sobe para 115,5 evangélicos para cada 100 católicos. Em Japeri (219) e Seropédica (235,5), o número de evangélicos já era mais que o dobro do de católicos em 2022, evidenciando a intensidade da transição religiosa em curso.

No conjunto da região metropolitana, em 2022, os católicos representavam 37,9% da população, proporção que caía para 31,6% quando excluída a capital. Se observa que apenas três municípios — Petrópolis, Niterói e Rio de Janeiro — registravam proporção superior a 40% de católicos, em treze municípios a participação católica era inferior a 30% e em dois deles, Japeri e Seropédica, ficava abaixo de 20%.

No conjunto da região metropolitana, em 2022, o percentual de evangélicos estava em 30,8% e na região metropolitana sem a capital estava em 36,5%. Apenas três municípios - Niterói, Rio de Janeiro e Petrópolis-, registravam porcentagens inferiores a 30%. Em contrapartida, em 11 municípios o percentual superava 40%, com destaque para Paracambi, que atingiu 46,8%.

Em 2022, o percentual de pessoas sem religião na RMRJ estava em 18% da população metropolitana, proporção que subia para 20,1% quando excluída a capital. O maior valor foi registrado em Japeri, com 31%. Em quatro municípios — Belford Roxo, Japeri, Seropédica e Tanguá — a população sem religião já superava a católica.

O percentual de pessoas pertencentes a outras religiões na RMRJ em 2022, estava em 13,3% da população metropolitana, proporção que caía para 11,7% quando excluída a capital. O menor valor foi registrado em Tanguá, enquanto o maior ocorreu em Niterói, com 15,9%. Na cidade do Rio de Janeiro, a participação das outras religiões alcançava 14,8%.

Portanto, a transição religiosa na região metropolitana do Rio de Janeiro está bem avançada e pode ser considerada como um termômetro do que deve acontecer em outras regiões do país nas próximas décadas. Uma análise gráfica pode ser encontrada no artigo “A transição religiosa na Região Metropolitana do Rio de Janeiro” (Alves, 14/07/2025).

## **7. Municípios em que os evangélicos ultrapassaram os católicos**

Como visto, os contrastes apresentados entre as Unidades da Federação são ainda mais marcantes quando se considera os municípios brasileiros. Apesar dos municípios terem perfil bastante diferenciado em relação ao tamanho e características socioeconômicas e demográficas, entender a evolução do número de municípios onde os evangélicos ultrapassaram os católicos ajuda a entender melhor a transição religiosa e os cenários futuros possíveis.

A tabela 6 mostra que, em 1991, os evangélicos superavam os católicos em 16 municípios, que agregavam 213 mil habitantes. A maioria desses 16 municípios eram pequenos e foram fundados por migrantes de origem protestante (luteranos, calvinistas, anglicanos etc.) e que mantiveram a maioria evangélica durante toda a história municipal, tais como Arroio do Padre (RS), Arabutã (SC), Santa Maria de Jetibá (ES), Laranja da Terra (ES) e Westfália (RS). Portanto, não se trata de transição religiosa, mas de continuidade de uma fé que já era majoritária desde o início da vida municipal.

Porém, no ano 2000, os evangélicos superavam os católicos em 34 municípios que, em conjunto, somavam uma população total de com 336,7 mil habitantes. Os 18 novos municípios com REC acima de 100 fazem parte, evidentemente, de uma transição religiosa, pois os católicos eram majoritários anteriormente. Esta tendência continuou e, em 2010, os evangélicos superaram os católicos em 73 municípios, que abarcavam um total de 4,48 milhões de habitantes.

Segundo os dados preliminares do Censo 2022, os evangélicos ultrapassaram os católicos em 245 municípios, que somavam um total de 13,7 milhões de pessoas. Em 2022, além do município de Arroio do Padre (RS), onde

o percentual de católicos estava em apenas 2,8% da população, chama a atenção os municípios de Japeri (RJ), Seropédica (RJ) e Cajati (SP), onde os católicos que já foram maioria, caíram para uma taxa abaixo de 20% da população. Isto mostra que o piso católico é muito baixo nestas 4 cidades. A percentagem de evangélicos ficou em 88,7% em Arroio do Padre, 53,3% em Cajati, 46,3% em Seropédica e 41,5% em Japeri. Isto mostra que, em nível municipal, o teto evangélico é bem elástico.

**Tabela 6 – Número de municípios onde os evangélicos superam os católicos, Brasil, 1991-2022**

Ano	# municípios	População
1991	16	213.361
2000	34	336.736
2010	73	4.475.612
2022	245	13.661.599

**Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1991-2010 e 2022 (dados preliminares e não incluem as crianças de 0-9 anos).**

Em síntese, a mudança de hegemonia entre católicos e evangélicos já ocorreu em algumas escalas geográficas e a REC avançou em 99% das cidades brasileiras. Mas ao mesmo tempo os católicos continuam fortes e representam mais de 50% das filiações em quase 5 mil municípios. Há cerca de 1% dos municípios brasileiros onde os católicos avançaram e os evangélicos recuaram entre 2010 e 2022.

Desta forma, fica evidente de que não existe um piso fixo universal para a queda das filiações católicas. Em 2022, existiam 4 municípios onde o percentual de católicos estava abaixo de 20%, existiam 48 municípios onde o percentual de católicos estava abaixo de 30% e 107 municípios onde os católicos estavam abaixo de 35%. Por outro lado, o Brasil tinha, em 2022, 701 municípios onde os evangélicos tinham mais de 35% das filiações municipais.

Há também 11 municípios onde o percentual do grupo sem religião é maior do que o grupo dos católicos, sendo que em três municípios - Atalaia do Norte (AM), Pedro Osório (RS) e Chuí (RS) – os sem religião são maioria relativa na distribuição municipal dos quatro grupos religiosos. A cidade de Palmelo (GO) registrou 46,6% de outras religiões em 2022, a grande maioria espíritas (42,6%).

A média nacional oculta a forte heterogeneidade municipal e a diversidade entre os estados. No Piauí, por exemplo, é provável que os católicos continuem majoritários em nível estadual. Já no Acre e em Rondônia os evangélicos superaram os católicos, e essa inversão tende a ocorrer em breve em outros estados da região Norte. Em escala nacional, São Paulo é determinante por ser a unidade federativa mais populosa. Nesse estado, os evangélicos já ultrapassaram os católicos em 24 municípios e avançam também na região metropolitana, como em Itaquaquecetuba, onde se tornaram maioria relativa.

Assim, a transição religiosa no Brasil não ocorre de forma homogênea, mas em ritmos distintos no tempo e no território. Em alguns contextos, os católicos, mesmo em declínio, devem preservar maioria absoluta; em outros, os evangélicos conquistarão maioria absoluta ou relativa. Não há, portanto, um limite único — de piso ou teto — para os diferentes grupos religiosos, dada a ampla diversidade geográfica do país.

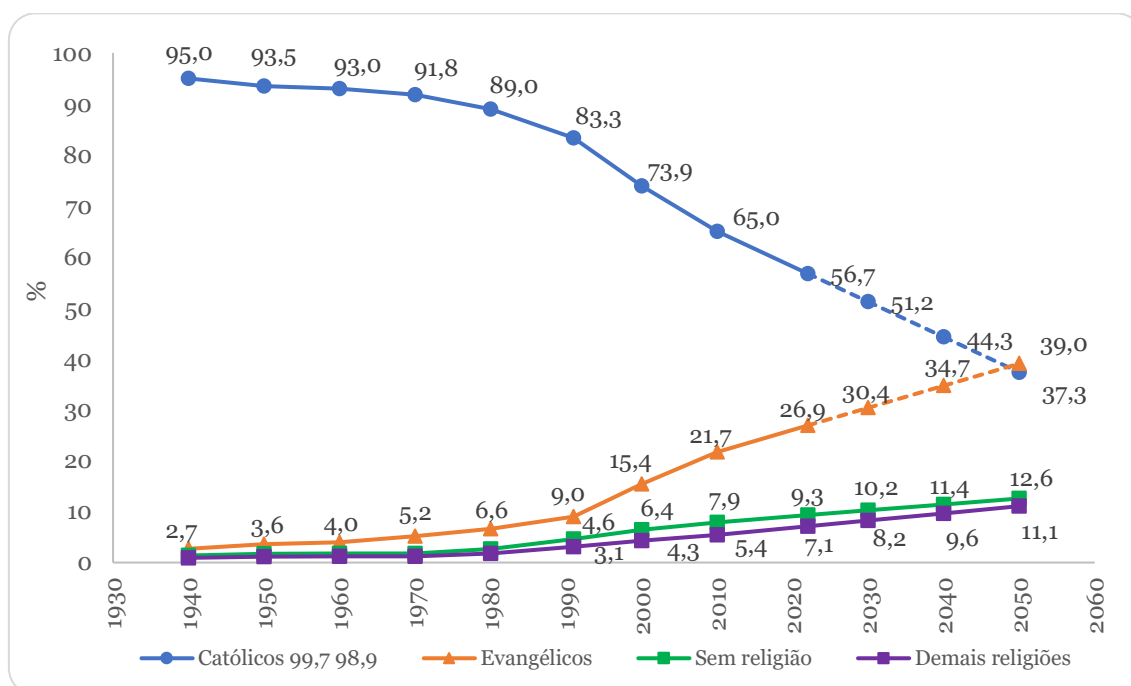
Nesse quadro, projetar tendências futuras da transição religiosa é tarefa complexa. Os cenários possíveis são variados, e ainda existem poucas evidências para estimar quais são os mais prováveis. Além disso, esses cenários podem ser elaborados em diferentes níveis geográficos, do municipal ao nacional. Considerando também outras dimensões da dinâmica demográfica desagregada, como a migração interna, a seção final apresenta uma projeção de um dos cenários possíveis para o país até 2050.

## **8. Projeção da transição religiosa brasileira até 2050**

Uma das formas clássicas de projeção é a extrapolação de tendências observadas no passado recente para um horizonte futuro, formulando hipóteses sobre sua continuidade. No caso da transição religiosa brasileira, a questão que se coloca é o que aconteceria se as variações registradas entre 2010 e 2022 se mantivessem constantes nas próximas décadas. Esse exercício deve ser entendido como um recurso metodológico: qualquer aceleração ou desaceleração futura alteraria os resultados, e, quanto mais longo o período considerado, maior a incerteza de sua realização.

Ainda assim, tais projeções são úteis para pensar cenários. O Gráfico 14 mostra a evolução das filiações religiosas entre 1940 e 2022 e projeta sua continuidade até 2050, supondo a repetição do último ritmo intercensitário. Assim, estes valores da projeção não são uma profecia, menos ainda um desejo, mas simplesmente o que ocorreria se as variações observadas entre 2010 e 2022 forem mantidas até meados do atual século. Os resultados indicam um quadro de mudanças profundas: os católicos seguiriam em declínio, caindo de 51,2% em 2030 para 37,3% em 2050; os evangélicos manteriam trajetória de ascensão, chegando a 39% em 2050; o grupo sem religião alcançaria 12,6%; e as demais religiões, 11,1%. O dado mais expressivo é a ultrapassagem projetada para 2049, quando os evangélicos (38,6%) superariam os católicos (38%), configurando uma inversão histórica na hegemonia religiosa do país.

**Gráfico 6 - Percentagem de católicos, evangélicos, sem religião e outras religiões, Brasil, 1940-2022 e Projeções de 2030-2050**



**Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1940 a 2022 (dados preliminares e não incluem as crianças de 0-9 anos). Projeções de 2030 a 2050.**

Esse cenário aponta também para o aumento da pluralidade religiosa. O Índice de Entropia de Shannon (Tabela 7), que mede a distribuição entre grupos, passaria de 1,564 em 2022 para valores ainda mais elevados em 2050, indicando maior equilíbrio entre católicos, evangélicos, sem religião e outras religiões. Em

outras palavras, mais grupos passariam a ter participação significativa, reforçando a diversidade do campo religioso brasileiro.

**Tabela 7 - Índice de Entropia de Shannon observados e projetados para grandes grupos religiosos (católicos, evangélicos, sem religião e outras religiosidades), Brasil, 1940-2050.**

1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2022	2030	2040	2050
0,358	0,416	0,432	0,482	0,580	0,795	1,135	1,372	1,564	1,684	1,765	1,811

**Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2010 e 2022 (dados preliminares) e projeções para 2030 a 2050.**

No entanto, os limites dessa projeção são evidentes. A transição religiosa pode não avançar indefinidamente: existem possibilidades de “piso” para o catolicismo, assim como de “teto” para o crescimento evangélico, ou a convivência de múltiplos “pisos” e “tetos” nas diversas escalas geográficas do território nacional. Além disso, as desigualdades sociais e regionais do país sugerem que a mudança não seguirá um único padrão: em algumas regiões e cidades o processo deve se acelerar, enquanto em outras poderá se estabilizar. O futuro, portanto, tende a ser multifacetado e desigual.

Esse debate já se expressa no campo acadêmico. Em mesa-redonda promovida pelo ISER em 3 de julho de 2025, Paul Freston e José Eustáquio Alves, sob mediação de Christina Vital (ISER, 2025), convergiram ao reconhecer a maior diversidade do cenário religioso brasileiro e a redução da distância entre católicos e evangélicos. Divergiram, contudo, sobre a mudança de hegemonia: Alves considera provável a ultrapassagem evangélica, enquanto Freston sustenta que há limites estruturais que manterão o catolicismo como grupo majoritário.

Diante disso, o futuro da transição religiosa no Brasil deve ser pensado em termos de múltiplos cenários, e não de uma trajetória única. O caso de Rio Branco (AC), onde os evangélicos já são majoritários, pode sinalizar uma tendência nacional ou permanecer como exceção.

Por fim, cabe destacar que a transição religiosa não é uma característica apenas da sociedade brasileira. Na verdade, alguns países da América Latina já estão mais adiantados na mudança do panorama religioso. O antropólogo americano, David Stoll, no livro “Is Latin America Turning Protestant? The

Politics of Evangelical Growth” (1990), apresentou a primeira análise abrangente sobre o desafio evangélico ao monopólio católico na América Latina. Stoll baseou-se em extensos trabalhos de campo, com destaque para estudos na Guatemala.

Sua perspectiva antropológica permitiu analisar não apenas as conversões religiosas em si, mas suas implicações sociais, políticas e culturais. Ele argumentou que a ausência histórica do clero católico em muitas regiões rurais e periféricas urbanas, somada à incapacidade da Igreja Católica de responder às necessidades espirituais e sociais das populações locais, criou um vácuo que os evangélicos souberam preencher com redes comunitárias eficazes. De maneira pioneira, Stoll percebeu a mudança religiosa no continente e abordou a possibilidade de uma mudança na hegemonia entre católicos e evangélicos na região.

Pesquisa do Pew Research Center, realizada em 2024 e divulgada em 21 de janeiro de 2026, indica que o catolicismo perdeu força de maneira acentuada em seis países da América Latina. Ao mesmo tempo, cresceu a proporção de pessoas que se declaram sem religião (ou sem afiliação religiosa), dos evangélicos e também das outras tradições religiosas. O Brasil e o Chile já aparecem na pesquisa PEW com os católicos abaixo de 50%, mas com maioria absoluta no México, Colômbia, Argentina e Peru. O México continua com os maiores percentuais de católicos, embora a queda de 14% em uma década tenha sido a maior da história do país.

Dados do Latinobarômetro (2024) mostram que os evangélicos já ultrapassaram os católicos em dois países da América Latina em 2024. Em Honduras, os católicos representam 36%, os evangélicos 43% e os sem religião (ou não filiados) com 19%. Na Guatemala os católicos são 39%, os evangélicos 40% e os sem religião (ou não afiliados) 18%.

No Uruguai, os sem religião (ou não afiliados) são 52%, superando em muito os católicos com 33% e os evangélicos com apenas 6%. No Chile, os católicos continuam mantendo uma maioria relativa, com 45%, mas muito próximo dos sem religião (ou não afiliados) com 37% e os evangélicos com somente 17%. O México é o país que apresenta a maior proporção de católicos

(72%) em relação aos evangélicos (5%).

Em sete países da região, os católicos já perderam a maioria absoluta: Honduras (33%), Uruguai (33%), Guatemala (39%), El Salvador (40%), República Dominicana (43%), Chile (45%) e Brasil (46%). A maior força católica encontra-se na Venezuela, Paraguai e México, com as filiações católicas representando 72%. Portanto, a América Latina tem apresentado grandes transformações no cenário religioso e a transição religiosa não é exclusividade do Brasil.

Além das pesquisas do Latinobarômetro e do Instituto PEW, duas outras pesquisas também apresentaram números que indicam um panorama diferente da tendência de desaceleração apresentada pelo Censo 2022. O livro “A cabeça do Brasileiro” (Almeida, 2025) apresenta uma pesquisa nacional, realizada em 2023, com a seguinte distribuição: católicos (50%), Evangélicos (27%), Sem religião (11%) e outras religiões (11%). O livro “Brasil no espelho” (Nunes, 2025) apresenta uma pesquisa nacional, também realizada em 2023, com a seguinte distribuição: católicos (51%), Evangélicos (31%), Sem religião (14%) e outras religiões (4%).

Portanto, quatro pesquisas realizadas após 2022 registram resultados diferentes do último Censo do IBGE. Sem dúvida, novas pesquisas, sobretudo após a divulgação dos dados definitivos do recenseamento, serão fundamentais para elaborar cenários mais complexos e realistas da transição religiosa brasileira. Medir e compreender a dinâmica das filiações religiosas é essencial, não apenas para a demografia das religiões, mas também para interpretar os impactos sociais e políticos de uma das transformações mais relevantes da sociedade brasileira contemporânea.

### **Considerações finais**

Historicamente, a Igreja Católica teve uma presença muito forte e consolidada nas áreas rurais do Brasil. A vida no campo, com suas comunidades menores e laços sociais mais estreitos, favorecia um catolicismo mais tradicional, com forte apego a festas religiosas, rituais e um clero muitas vezes mais próximo

da realidade local. A paróquia era o centro da vida comunitária e a fé se entrelaçava com o cotidiano e as tradições familiares.

São três as grandes mudanças econômicas, sociais e demográficas que ocorrem nos últimos 100 anos, especialmente depois da Revolução de 1930, que ajudam a entender as mudanças no campo religioso:

1. Desenvolvimento econômico e social com passagem de uma economia de subsistência para uma economia industrial e de serviços, monetizada, com diversificação da cesta de consumo e seguindo a lógica do mercado.
2. Transição demográfica. A queda das taxas de mortalidade e de natalidade são tendências que vão contra o fatalismo e o conformismo. A autodeterminação reprodutiva favorece o empoderamento feminino e os projetos de mobilidade social ascendente. A redução do tamanho das famílias e a pluralidade dos arranjos familiares rompeu com a tradição católica.
3. Transição urbana. A maior parte da população brasileira estava no meio rural até 1960 e agora quase 90% está no meio urbano e boa parte dos imigrantes rurais se fixaram na periferia das grandes capitais. Esta população desenraizada não teve o apoio do Estado e ficou à mercê de novas visões religiosas. Na falta de acesso ao mercado de trabalho formal e sem acesso às políticas públicas, boa parte desta população aderiu ao empreendedorismo.

Com relação à migração populacional em massa para as cidades, impulsionada pela busca por melhores condições de vida e emprego, os migrantes se depararam com um cenário radicalmente diferente, que contribuiu para a diminuição dos católicos e aumento dos evangélicos. Os motivos podem ser resumidos em três aspectos principais:

- Anonimato e perda de laços. Nas grandes cidades, especialmente nas periferias, o anonimato é uma realidade. As redes de apoio familiar e comunitário, tão presentes no campo, se enfraquecem. Os migrantes, muitas vezes, chegam desacompanhados ou com poucos contatos,

sentindo-se sozinhos e desorientados.

- Desafios sociais e econômicos. A vida na periferia urbana é marcada por inúmeros desafios: moradia precária, falta de infraestrutura básica, violência, desemprego e dificuldades de acesso a serviços públicos. Essa realidade impõe uma pressão enorme sobre os indivíduos e suas famílias.
- Mudanças na estrutura eclesial católica. A Igreja Católica nas cidades muitas vezes se mostrava mais institucionalizada e distante da realidade dos recém-chegados. As paróquias eram grandes, com muitos fiéis e a atenção individualizada, que era comum no campo, tornava-se mais difícil. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) buscaram preencher essa lacuna, mas nem sempre foram suficientes para abarcar a demanda.

Nesse contexto de vulnerabilidade e "desenraizamento", as igrejas evangélicas, especialmente as pentecostais e neopentecostais, surgem como uma alternativa que oferece respostas mais imediatas e um senso de pertencimento. Como mostrou Max Weber (1967), o protestantismo tem afinidades eletivas com a sociedade de mercado e com a prosperidade econômica.

Estes aspectos são corroborados pela análise dos dados que mostram que o avanço da transição religiosa e o protagonismo evangélico ocorre principalmente na periferia das grandes cidades e nas áreas de imigração para a fronteira agrícola. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro exemplifica bem a situação das grandes periferias urbanas e o caso de Rio Branco e do Acre exemplificam o avanço evangélico nas áreas de fronteira.

Este artigo analisou uma série de dados fornecidos preliminarmente pelo censo demográfico 2022 e complementado por outras pesquisas. Mas isto não significa uma análise puramente estatística. A matemática e os números são instrumentais de análise. Mas, não resta dúvidas e que as transformações apontadas indicam que o futuro do campo religioso brasileiro está cada vez mais vinculado à dinâmica social, econômica e urbana do país.

A pluralização das crenças, a busca por pertencimento em contextos de anonimato e vulnerabilidade, e a crescente valorização da autonomia individual

sugerem que as instituições religiosas precisam se reinventar para continuar relevantes. Nesse sentido, compreender o avanço evangélico e a relativa perda de espaço do catolicismo não é apenas uma questão teológica, mas também sociológica e política, envolvendo disputas por narrativas, redes de apoio e inclusão social em um Brasil em movimento, cada vez mais urbano, diverso e complexo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alberto C. **A cabeça do brasileiro, vinte anos depois: o que mudou?**. Rio de Janeiro: Difel, 2025.

ALMEIDA, Ronaldo de; BARBOSA, Rogério Jerônimo. Transição religiosa no Brasil. In: ARRETCHE, Marta (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 335-365. Disponível em: <https://editoraunesp.com.br/catalogo/9788539305667%2Ctrajetorias-das-desigualdades>. Acesso em: 9 mar. 2026.

ALMEIDA, Ronaldo de; MONTERO, Paula. Trânsito religioso no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 92-101, 2001. DOI: 10.1590/S0102-88392001000300012.

ALMEIDA, Ronaldo de. Os pentecostais serão maioria no Brasil? **REVER: Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, ano 8, p. 48-58, dez. 2008. Disponível em: [https://www.pucsp.br/rever/rv4\\_2008/t\\_almeida.pdf](https://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_almeida.pdf). Acesso em: 9 mar. 2026.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana Marta; BARROS, Luiz Felipe Walter; CARVALHO, Angelita Alves de. Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 215-242, 2017. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2017.112180.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana Marta; BARROS, Luiz Felipe Walter. A transição religiosa brasileira e o processo de difusão das filiações evangélicas no Rio de Janeiro. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 12, n. 36, p. 1055-1085, out./dez. 2014. DOI: 10.5752/P.2175-5841.2014v12n36p1055.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. Os desafios para compreender e medir a transição religiosa no Brasil. In: **Os evangélicos em casa, na política e na igreja: a pesquisa Novo Nascimento 30 anos depois. Comunicações do ISER**, Rio de Janeiro, ano 44, n. 77, nov. 2025. Disponível em: [https://iser.org.br/wp-content/uploads/2025/12/Comunicacoes77\\_digital.pdf](https://iser.org.br/wp-content/uploads/2025/12/Comunicacoes77_digital.pdf). Acesso em: 9 mar. 2026.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Avanço evangélico: a transição religiosa na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **#Colabora**, Rio de Janeiro, 14 jul. 2025. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods11/avanco-evangelico-a-transicao-religiosa-na-regiao-metropolitana-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 9 mar. 2026.

ARAÚJO, Victor. **Surgimento, trajetória e expansão das igrejas evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019)**. São Paulo:

Centro de Estudos da Metrópole, 2023. (Nota técnica, 20). DOI: 10.55881/CEM.doc.NTe020.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. **O púlpito: fé, poder e o Brasil dos evangélicos**. São Paulo: Todavia, 2024. Disponível em: <https://todavialivros.com.br/livros/o-pulpito-fe-poder-e-o-brasil-dos-evangelicos>. Acesso em: 9 mar. 2026.

BASTOS, Regina. Os desigrejados e a despercebida importância da igreja. **Teologia e Espiritualidade**, Curitiba, v. 6, n. 11, p. 113-126, jun. 2019. Disponível em: <https://faculdadecristadecuritiba.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Artigo-8-Regina.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2026.

BORGES, Gabriel Mendes; QUEIROZ, Juliana Souza de. Aspectos metodológicos y operativos de las encuestas de posenumeración censal: la experiencia brasileña del Censo Demográfico de 2022. **Notas de Población**, Santiago, n. 120, p. 15-38, jan./jun. 2025. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11362/81916>. Acesso em: 9 mar. 2026.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. **Igreja e desenvolvimento**. São Paulo: CEBRAP, 1971. Disponível em: <https://uesb.pergamum.com.br/acervo/11556/reserva>. Acesso em: 9 mar. 2026.

DECOL, René Daniel. Mudança religiosa no Brasil: uma visão demográfica. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 16, n. 1/2, p. 121-137, 1999. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/398>. Acesso em: 9 mar. 2026.

DE NEGRI, Fernanda; MACHADO, Weverthon; CAVALCANTE, Eric Jardim. **Crescimento dos estabelecimentos evangélicos no Brasil nas últimas décadas**. Rio de Janeiro: Ipea, nov. 2023. (Diset: Nota Técnica, 123). DOI: 10.38116/diset123.

FRESTON, Paul. As duas transições futuras: católicos, protestantes e sociedade na América Latina. **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, v. 12, n. 12, p. 13-30, 2010. DOI: 10.22456/1982-2650.16860.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico 2010: manual do recenseador: CD-1.09**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=52601&view=detalhes>. Acesso em: 9 mar. 2026.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico 2022: manual de entrevista: CD-1.04**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=55725&view=detalhes>. Acesso em: 9 mar. 2026.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico 2022: religiões: resultados preliminares da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=2102182&view=detalhes>. Acesso em: 9 mar. 2026.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Pesquisa de pós-enumeração do Censo Demográfico 2022: resultados da análise da cobertura**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024a. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=2102110&view=detalhes>. Acesso em: 9 mar. 2026.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Pesquisa de pós-enumeração do Censo Demográfico 2022: resultados da coleta e análise de conteúdo**.

Rio de Janeiro: IBGE, 2024b. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=2102095&view=detalhes>. Acesso em: 9 mar. 2026.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Projeções da população: notas metodológicas 01/2024: Brasil e unidades da federação: estimativas e projeções: revisão 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024c. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=2102111&view=detalhes>. Acesso em: 9 mar. 2026.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER). **Censo 2022: reflexões sobre religiões e sociedade**. Debate com José Eustáquio Alves e Paul Freston, mediação de Christina Vital. [S. l.]: ISER, 3 jul. 2025. Vídeo. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=GvbtBA1jxnk>. Acesso em: 9 mar. 2026.

LATINOBARÓMETRO CORPORATION. **Latinobarómetro 2024: datos y documentación**. Madrid: JD Systems Institute, 2024. Disponível em:

<https://www.latinobarometro.org/latinobarometro-2024>. Acesso em: 9 mar. 2026.

LESAGE, Kirsten; EVANS, Jonathan; CORICHI, Manolo; THOMAS, Skylar.

**Catholicism Has Declined in Latin America Over the Past Decade**.

Washington, DC: Pew Research Center, 2026. DOI: 10.58094/93ce-0a97.

MENEZES, Renata de Castro. As dinâmicas religiosas e seus desafios ao conhecimento.

In: **Os evangélicos em casa, na política e na igreja: a pesquisa Novo**

**Nascimento 30 anos depois. Comunicações do ISER**, Rio de Janeiro, ano 44, n.

77, nov. 2025. Disponível em: [https://iser.org.br/wp-](https://iser.org.br/wp-content/uploads/2025/12/Comunicacoes77_digital.pdf)

[content/uploads/2025/12/Comunicacoes77\\_digital.pdf](https://iser.org.br/wp-content/uploads/2025/12/Comunicacoes77_digital.pdf). Acesso em: 9 mar. 2026.

NUNES, Felipe. **Brasil no Espelho: um guia para entender o Brasil e os brasileiros**. Rio de Janeiro: Globo, 2025.

PARKER GUMUCIO, Cristián. **Religiones en América Latina: la gran transformación**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Santiago de Chile:

Ariadna Ediciones, 2025. Disponível em: [https://biblioteca-](https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/273733)

[repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/273733](https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/273733). Acesso em: 9 mar. 2026.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política**. São Paulo: Hucitec/USP, 1996.

Disponível em: <https://acervus.unicamp.br/acervo/detalhe/116999>. Acesso em: 9 mar. 2026.

PIERUCCI, Antônio Flávio. De olho na modernidade religiosa. **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 9-16, nov. 2008. DOI: 10.1590/S0103-20702008000200001.

SANCHIS, Pierre. O campo religioso contemporâneo no Brasil. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto (org.). **Globalização e religião**. Petrópolis: Vozes, 1997. p.

103-116. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/004049885>. Acesso em: 9 mar. 2026.

SANCHIS, Pierre. Pluralismo, transformação, emergência do indivíduo e de suas escolhas. **IHU On-Line**, São Leopoldo, ano 12, n. 400, 27 ago. 2012. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/entrevistas/512850-pluralismo-transformacao-emergencia-do-individuo-e-de-suas-escolhas>. Acesso em: 9 mar. 2026.

SPYER, Juliano. **Povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam**. São Paulo: Geração Editorial, 2020. Disponível em: <https://geracaoeditorial.com.br/2020/11/23/povo-de-deus-quem-sao-os-evangelicos-e-porque-eles-importam/>. Acesso em: 9 mar. 2026.

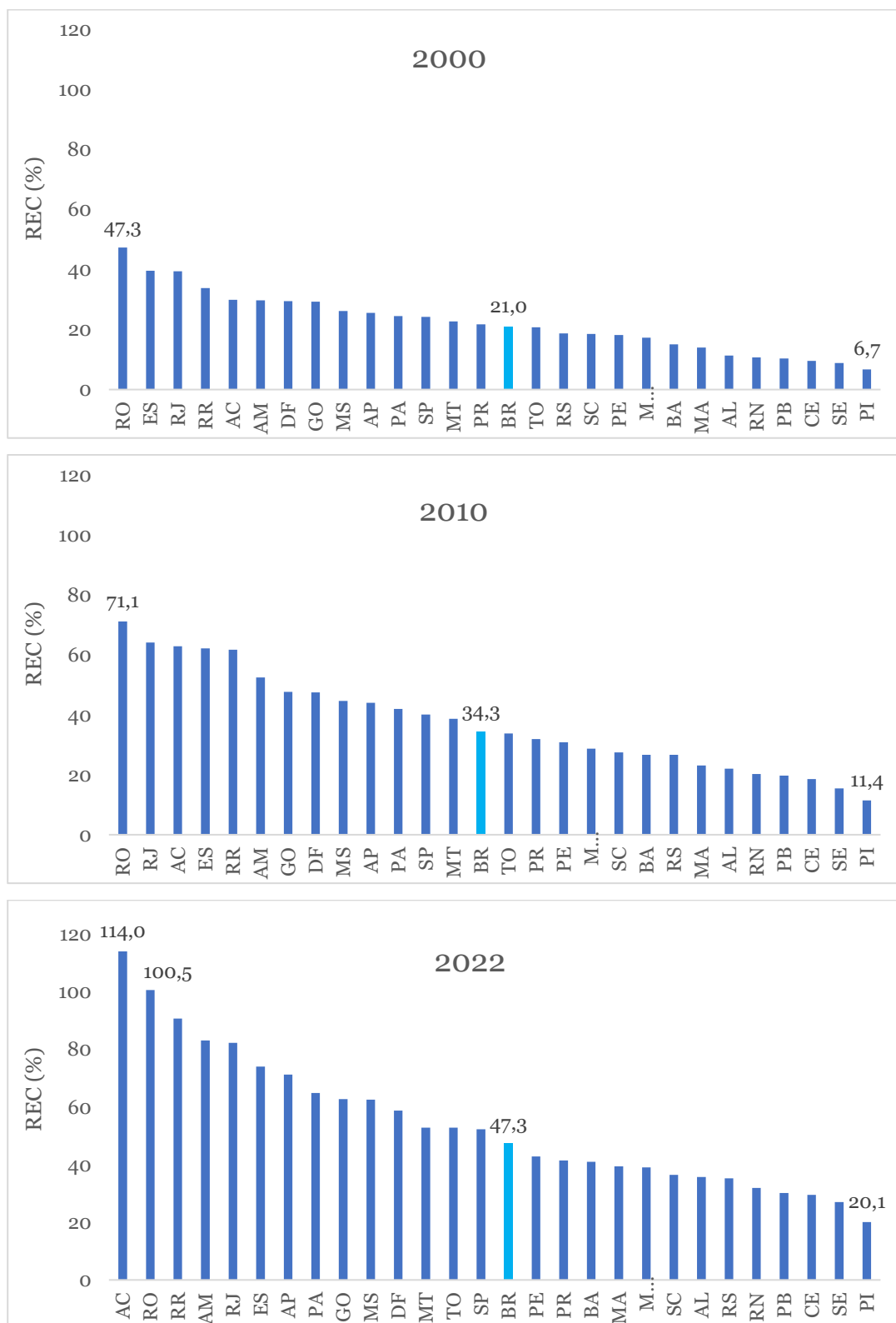
STOLL, David. **Is Latin America Turning Protestant? The Politics of Evangelical Growth**. Berkeley: University of California Press, 1990. Disponível em: <https://www.ucpress.edu/book/9780520076457/is-latin-america-turning-protestant>. Acesso em: 9 mar. 2026.

TONIOL, Rodrigo. Censo de 2022 e religião no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 31, n. 72, e720701, maio/ago. 2025. DOI: 10.1590/1806-9983e720701.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.

ANEXO

**Razão entre evangélicos e católicos (REC), Brasil e UFs, 2000-2022**



Fonte: IBGE, Censos de 2000 a 2022